

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ENELDO HIRT LOHN

**A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS COMPANHIAS
ABERTAS QUE PUBLICAM A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

CURITIBA

2011

ENELDO HIRT LOHN

**A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS COMPANHIAS
ABERTAS QUE PUBLICAM A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.

Prof^a Orientadora: Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo

CURITIBA

2011

A Deus.

A meus pais Eneldo e Cecília.

A minha amada namorada Liliane.

Aos grandes e verdadeiros amigos.

A mim mesmo, pela honra de mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver, pela oportunidade de ter fé, pela oportunidade de ter uma mãe, um pai, uma família. Agradeço a Deus, por iluminar o meu caminho e guiar-me até aqui, mais um passo dentre muitos que dei e que ainda darei.

Agradeço a meus pais pela minha educação, pelos ensinamentos e pela formação de minha conduta. Sem a dedicação deles, jamais seria o que sou, jamais chegaria aonde cheguei.

Agradeço a minha namorada Liliane, pelo amor, pela compreensão, pelo apoio, por estar comigo em todos os momentos, mais do que tudo, por ter atravessado meu caminho, de onde nunca mais sairá. Amo você.

Agradeço a minha família, que me acolheu e me acolhem todos os dias, fazendo-me completo em cada momento, inclua-se neste item família, não apenas os laços de sangue, mas todos aqueles com quem o amor fraterno já se firmou.

Agradeço eternamente a professora orientadora, doutora Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, pessoa inigualável em profissionalismo, austeridade, competência e excelência no desenvolvimento de suas funções. Sem sua participação este projeto jamais se realizaria, em tempo, com a qualidade e relevância em que se moldou.

Agradeço também aos poucos e verdadeiros amigos, sobretudo aqueles que mesmo não sabendo o valor que tem em minha vida, fazem com que me sinta bem, feliz, e sabendo com quem a qualquer momento contar.

“O sucesso normalmente é alcançado por aqueles que na maioria das vezes
estão muito ocupados para estarem procurando por ele”

Henry David Thoreau

RESUMO

LOHN, E. H. **A geração e distribuição do valor adicionado das companhias abertas que publicam a demonstração de valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado é uma peça contábil com informações de imenso valor econômico e social. Por meio da coleta de diversos demonstrativos de empresas pertencentes aos três setores da economia, compilados eletronicamente, foi possível estabelecer uma análise objetiva, apresentando as características da geração e distribuição do valor adicionado no Brasil. Neste contexto, a geração de valor adicionado mostrou-se basicamente oriunda das atividades empresariais, com pouca integração proveniente de valor adicionado recebido em transferência. Em se tratando da distribuição, o valor adicionado é destinado em sua grande maioria, no pagamento de impostos, taxas e contribuições, seguido da distribuição sob a forma de remuneração do pessoal, e alinhados com a remuneração de capitais próprios e de terceiros. Setorialmente as indústrias são as mais penalizadas pelos impostos, enquanto a agricultura contribui com a menor parcela destinada a este item. Este cenário remete à característica econômica brasileira mediante ao incentivo a produção de itens básicos ligados a exportação. A publicação e o entendimento da demonstração de valor adicionado devem ser amplamente divulgados, sobretudo para o enriquecimento cultural, na forma de informativo econômico e social de uma empresa ou também de uma economia social.

PALAVRAS-CHAVE: VALOR ADICIONADO, GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TIPOS DE USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	21
FIGURA 2 – VOLUME DE EMPRESAS ANALISADAS POR SETOR.....	38
FIGURA 3 – COMPARATIVO DE GERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES	42
FIGURA 4 – COMPARATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PANORAMA DA GERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	41
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	43
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DO VALOR ADICIONADO	44
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	45
GRÁFICO 5 – AS DESTINAÇÕES DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28
QUADRO 2 – SETORES DA ECONOMIA E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	30
QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA - MÉDIA DOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A CONTABILIDADE, SUAS INFORMAÇÕES E USUÁRIOS.....	177
2.1.1 Definição de contabilidade	18
2.1.2 Finalidade das informações contábeis	18
2.1.3 Usuários das informações contábeis.....	20
2.2 VALOR ADICIONADO E SEUS CONCEITOS	211
2.2.1 Valor Adicionado no conceito econômico.....	22
2.2.2 Valor Adicionado no conceito econômico.....	23
2.3 A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24
2.3.1 ASPECTOS GERAIS	25
2.3.2 MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27
2.4 OS SETORES ECONÔMICOS E SUAS DEFINIÇÕES	30
2.4.1 Atividades ligadas ao setor primário.....	31
2.4.2 Atividades ligadas ao setor secundário	31
2.4.3 Atividades relacionadas ao setor terciário	32
3 METODOLOGIA	34
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	34
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
4 ANÁLISE DOS DADOS	38
4.1 CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS ANALISADAS	38
4.2 ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	39

4.2.1 Demonstrativo de valor adicionado consolidado	40
4.2.2 Análise da geração de valor adicionado.....	41
4.2.2.1 Geração de valor adicionado nos setores econômicos	42
4.2.3 Análise da distribuição do valor adicionado.....	43
4.2.3.1 Análise anual da distribuição do valor adicionado.....	43
4.2.3.2 Análise da distribuição do valor adicionado entre os setores econômicos	43
4.2 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE DADOS	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	520
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1 INTRODUÇÃO

Recentemente tornada obrigatória para as companhias abertas, a DVA – Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo identificar e divulgar o valor da riqueza gerada por uma entidade de negócios, e também como esta riqueza foi distribuída entre os setores que contribuíram de uma forma ou de outra, para a geração do valor adicionado.

Em sua interpretação, Santos (2003) diz que a princípio, é possível afirmar, que a DVA deve ser entendida como a forma mais competente, criada pela contabilidade para auxiliar a medição e demonstração da capacidade de geração, e também da distribuição da riqueza de uma entidade.

Nesse contexto, a DVA evidencia os aspectos econômicos e sociais do valor adicionado, no contexto econômico, expressa o desempenho da empresa na geração de riqueza e a sua eficiência quanto à utilização dos fatores de produção, comparados com os valores de entrada e saída que ocorreram em determinado período, demonstrando assim, qual a real proporção da geração de valor ao produto. Por outro lado, sob a ótica social, ela replica a forma de distribuição da riqueza gerada, ou seja, a participação dos empregados, do governo, dos agentes financiadores (terceiros), dos acionistas (próprios) e também a parcela retida pela própria empresa.

Não obstante, as informações de caráter social apresentadas na DVA, são um importante fator de medição, no que se refere a distribuição da riqueza gerada pelas entidades empresariais no Brasil, e segundo Santos (2005), a publicação da demonstração já havia crescido substancialmente, antes mesmo de sua obrigatoriedade, fato este, que reforça a importância da informação apresentada.

Seguindo a ótica de distribuição do valor adicionado, a pesquisa tem o objetivo de demonstrar para onde converge a distribuição da riqueza das empresas, qual a participação de cada setor, e de acordo com as publicações dos últimos anos, qual a evolução histórica dessa distribuição, buscando saber se existe determinada similaridade entre as diversas atividades empresariais.

A contabilidade, trabalhando para atender o usuário das informações contábeis, muitas vezes esquece, que o produto final desta ciência nem sempre é somente o acionista, o investidor, entes financeiros, ou entidades públicas de governo, Ludícibus (2000) retratou em sua obra uma abordagem mais ampla para

quem seriam os usuários das informações contábeis das entidades, retratando a figura do usuário interno, gestores, sócios, investidores e administradores que usam a informação como fonte de gestão empresarial, e os usuários externos, que são grupos ou indivíduos com interesses específicos, chamados pela literatura financeira de *stakeholders*, bancos, fornecedores, empregados, acionistas minoritários, e em principal a sociedade.

Seguindo a linha de entendimento de Ludícibus (2000), o produto da pesquisa permitirá que a sociedade conheça o destino final dos esforços de trabalho, desde o operador de máquinas ao diretor financeiro, que direta ou indiretamente, contribuem para geração do valor adicionado de uma entidade, permitindo-lhes visualizar para quem estão empregando seus esforços, refletindo sobre o que se considera justo em termos de distribuição de riqueza entre as empresas que demonstram seu valor adicionado através da DVA.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa é o coração de qualquer trabalho científico, proporcionando ao leitor entender quais são os resultados esperados acerca do tema. Todo o processo de pesquisa deve girar em torno de sua solução.

Gil (1999, p. 49), observa que “problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”.

Para Kerlinger (1980, p. 35) problema é “uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, discussão ou solução”.

Soares (2003) por sua vez remete que toda pesquisa deve iniciar-se com a formulação de um problema que apresente uma dificuldade teórica ou prática, para qual se deve encontrar uma solução.

Ainda segundo Gil (1999) na formulação do problema o autor deve sempre obtê-lo mediante elaboração de uma pergunta, observando para que sua solução seja possível e viável, garantindo que todas as questões tenham sido respondidas ou solucionadas ao longo da pesquisa.

Com base nos conceitos apresentados pelos autores e seguindo uma linha de pesquisa para desenvolver e aprofundar o prévio conhecimento sobre o tema de pesquisa e; Sendo a DVA, um demonstrativo, que permite avaliar a origem e

geração do valor adicionado, bem como sua distribuição entre os diversos setores, que direta ou indiretamente contribuem para sua formação, a pesquisa pretende responder à questões imprescindíveis ao assunto, tais quais seguem.

Para quem é distribuído o valor adicionado gerado pelas empresas de capital aberto que publicam a demonstração de valor adicionado? Qual a participação dos recebedores desta riqueza em termos percentuais? Qual a evolução histórica da distribuição do valor adicionado nos anos de 2007 a 2009?

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa, os objetivos são divididos em gerais e específicos, facilitando o entendimento e desenvolvimento das atividades e ações que visam solucionar a questão de pesquisa, conforme abaixo.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

De acordo com Santos (1999, p. 60), o objetivo geral de uma pesquisa científica, pode ser definido como:

Num projeto de pesquisa científica é sua espinha dorsal. Deve expressar claramente aquilo que o pesquisador pretende conseguir com sua investigação. Não é o que ele vai fazer (isto se prevê nos procedimentos), mas o que pretende conseguir como resultado intelectual final de sua investigação.

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho visa identificar como a riqueza gerada pelas entidades empresariais, expressas sob o conceito de valor adicionado é distribuída nas demonstrações de valor adicionado publicadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos na interpretação de Beuren (2003, p.65) “devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido”.

Com base nas informações apresentadas nas demonstrações do valor adicionado publicadas na CVM, e nas definições dos autores, os objetivos deste trabalho podem ser especificados conforme a seguir:

- a. Demonstrar para quem são distribuídas as riquezas geradas nas entidades empresariais;
- b. Determinar a participação percentual de cada grupo recebedor destas riquezas;
- c. Apresentar a evolução histórica da geração e distribuição do valor adicionado nos anos de 2007 a 2009;
- d. Demonstrar a realidade brasileira, no que se refere à distribuição de valor adicionado.
- e. Comparar o panorama de distribuição do valor adicionado entre os três setores econômicos, primário, secundário e terciário.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a publicação da DVA aumentou significativamente nos últimos anos, antes mesmo de sua obrigatoriedade Santos (2005, p. 3) já argumentava a respeito da demonstração como caráter avaliativo:

Nos últimos oito anos, a Demonstração do Valor Adicionado acabou tendo um aumento de vulto e importância. Sem medo de errar, pode-se afirmar que boa parte do impulso tomado por mais essa demonstração contábil foi sua inclusão no cálculo de excelência empresarial utilizado pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – para a escolha das empresas com os melhores desempenhos nos setores em que a atividade econômica é dividida para a edição de “Melhores e Maiores”, da Revista Exame.

Em 1997, primeiro ano em que a DVA foi utilizada no referido cálculo de excelência empresarial, foram 44 as empresas que publicaram essa demonstração. Em 2004, esse número subiu para 138, com o aumento

expressivo de mais de 210%. Já são mais de mil as empresas que a elaboram e a enviam para o banco de dados da FIPECAFI.

Com o início da obrigatoriedade na apresentação da demonstração pela Lei 11.638/2007, todas as companhias de capital aberto devem publicar a DVA, sob regência do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), proporcionando a padronização das informações apresentadas pelas empresas.

Nesse cenário é de extrema importância possuir conhecimento suficiente para compreender as informações demonstradas na DVA, traçando um paralelo econômico-social, maximizando as interpretações para o cenário nacional e entendendo sua estrutura de geração e distribuição de riqueza.

Todas as empresas buscam, de uma forma ou de outra, atingir o maior lucro e o melhor resultado financeiro possível. Nesse contexto, muito se estuda acerca da alavancagem de receita através do desenvolvimento de novos produtos, conquista de novos clientes, abertura de relação com novos mercados, diminuição de custos, entre outras formas de maximização de resultados.

Quando se fala na figura do valor adicionado, deve-se levar em consideração não apenas o resultado líquido ao final de um exercício fiscal, mas sim o valor agregado como incremento de riqueza, por uma entidade ao longo de um determinado período.

Sob esta ótica, é importante saber qual a destinação dada a este valor adicionado, ou seja, para onde se dirigem os esforços mútuos entre pessoas que direta ou indiretamente, contribuem com o ciclo produtivo, quem são os maiores remunerados, as entidades governamentais por meio dos impostos, o pessoal através dos salários e benefícios, os financiadores com o capital de terceiros, além disso, saber qual a média das empresas brasileiras na distribuição do valor adicionado.

As demonstrações de valor adicionado distintas umas das outras revelam a informação de uma única entidade, no entanto, quando unidas, revelam na verdade a situação do país, reforçando mais uma vez a importância das informações contábeis no contexto econômico-social, neste caso, apresentadas na DVA.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho científico está estruturado em cinco seções para uma melhor visualização, organização e entendimento na sua construção.

Na primeira seção estão alocados o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, bem com a justificativa da realização do trabalho. Na segunda seção, está localizada a fundamentação teórica dos conceitos e definições adotadas na pesquisa, como a conceituação de valor adicionado, usuários das informações contábeis e também a demonstração de valor adicionado propriamente dita, embasando através de autores renomados, todas as afirmações realizadas na presente pesquisa científica.

A seção terceira apresenta a classificação do trabalho nas definições apresentadas pela metodologia da pesquisa, demonstrando detalhadamente os procedimentos metodológicos utilizados na realização do estudo.

A quarta seção é a peça central do trabalho, trazendo os dados e as análises obtidas através do desenvolvimento da pesquisa. São apresentando por meio de ilustrações, como figuras, gráficos, quadros e tabelas, dados importantes sobre a geração distribuição do valor adicionado pelas empresas que estão obrigadas a publicar o demonstrativo pela CVM, com base nas demonstrações do valor adicionado dos anos de 2007, 2008 e 2009, classificadas economicamente pelos setores a que pertencem.

Os dados e análises apresentadas na seção quatro serão base para a construção das considerações finais e do panorama da geração e distribuição do valor adicionado nos anos estudados dispostas na ultima parte deste trabalho, a quinta seção.

Ao final do trabalho encontram-se ainda as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração do presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A elaboração de um referencial teórico é peça fundamental e indispensável em um trabalho científico, ele serve de base para as justificativas apresentadas e supre a demanda de informações técnicas necessárias para a resolução da questão de pesquisa.

Segundo Aquino et al (2008, p. 75):

[...] Entende-se que o referencial teórico engloba uma fundamentação teórica e um conjunto de estudos empíricos anteriores no tópico de pesquisa. A fundamentação teórica fornece a sustentação para o estabelecimento das relações causais que irão guiar a pesquisa, para a seleção das fontes de dados, a forma dos modelos causais, a análise e a explicação.

O crescente número de pesquisas acerca da conceituação e determinação do valor adicionado permite que sejam utilizados diversos autores para embasar uma pesquisa científica.

A idéia de aplicar um estudo sobre determinados dados presentes em um demonstrativo contábil, demanda de uma abordagem teórica sobre contabilidade como ciência, a finalidade e os usuários das informações contábeis, baseando de acordo com os autores o produto e destino das peças contábeis. Faz-se necessária também, uma abordagem técnica sobre o demonstrativo em questão, tratando especificamente os itens que o compõem, apresentando as qualidades e características das informações demonstradas em cada conjunto de valores.

Nesse contexto a fundamentação obtida na pesquisa bibliográfica de autores conceituados, discorrerá sobre o conceito de valor adicionado e sua determinação, o ponto de vista contábil e econômico de seu entendimento, e a demonstração do valor adicionado propriamente dita.

2.1 A CONTABILIDADE, SUAS INFORMAÇÕES E USUÁRIOS

A contabilidade como ciência é uma linha do conhecimento humano, uma disciplina e profissão com o objetivo de estudar os fenômenos que ocorrem acerca

do patrimônio, fornecendo as informações necessárias à manutenção desse capital patrimonial aos diversos usuários.

2.1.1 Definição de contabilidade

Diversos autores discorrem sobre a definição de contabilidade, Marion (2007) relata que a contabilidade é um instrumento que fornece a mais refinada e qualificada informação para a tomada de decisões, dentro e fora dos limites empresariais, não tratando somente das exigências governamentais, mas principalmente fundamentando as pessoas na tomada de decisão.

Sá (1999) define a contabilidade como a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, objetivando evidenciar sua realidade e comportamento, relacionando com sua eficácia social.

Extremamente adequado, Ludícibus e Marion (2002) afirmam que a contabilidade não é uma ciência exata, e sim uma ciência social que demonstra por meio de recursos quantitativos, estatísticos e matemáticos, os resultados da mutação patrimonial, fundamentando que qualquer alteração no patrimônio só é possível se realizada uma intervenção humana.

Muitas são as definições e obras sobre a definição da contabilidade, entretanto, a maioria dos autores corrobora de afirmações e conceitos semelhantes, que sustentam a contabilidade como uma ciência social, de fundamental importância para os diversos usuários de suas informações.

2.1.2 Finalidade das informações contábeis

Muitas são as finalidades das informações contábeis, sendo definidas basicamente pelo tipo de usuário que as necessita e também pela operação em que a empresa esteja se submetendo.

Toda entidade empresarial tem por objetivo, além de tantos outros, se manter no mercado e dar continuidade as suas operações, característica essa já observada em um dos princípios fundamentais da contabilidade, o princípio da continuidade.

A informação contábil é de extrema importância para que esta necessidade seja atendida, tanto nos critérios de manutenção da atividade empresarial, quando no critério evolutivo e inovador. Desta forma a informação contábil é dividida sobre duas finalidades básicas principais, são elas:

- Finalidade de Planejamento
- Finalidade de Controle

Para que a empresa mantenha-se em constante aprimoramento e desenvolvimento, Crepaldi (1999) afirma que a contabilidade é capaz de fornecer informações suficientes sobre as condições de crescimento da empresa, sobre necessidades de reduzir custos ou despesas, necessidades de buscar recursos, clientes, parceiros comerciais, etc.

Ludícibus (2006) afirma com propriedade que o produto contábil é extremamente necessário no planejamento empresarial, principalmente no que se refere ao estabelecimento de metas, fixação de despesas e projeção de receitas, através dos planos orçamentários. A contabilidade trata ainda de aspectos futuros, não só de fatos já ocorridos, uma vez que tem condições de prever mudanças fiscais e legislativas que venham a interferir, direta ou indiretamente na atividade empresarial.

Sob o conceito da manutenção das atividades empresariais, Crepaldi (1999) argumenta que as informações geradas pela contabilidade tais como os demonstrativos, podem complementar a análise da situação da empresa em diversos aspectos dentre evolução, estrutura da organização, retorno dos investimentos, garantia de capitais próprios, investimentos, capacidade financeira entre outros, sendo um dos principais sistemas de controle das informações da empresa.

Sob o mesmo entendimento, Ludícibus (2006) corrobora sobre as informações contábeis no sentido de controle sob três aspectos, no primeiro, como meio de comunicação com o investidor e a própria empresa, apresentando a situação econômico-financeira, situando os membros da organização sobre novas políticas e necessidades empresariais. No segundo aspecto o autor remete a contabilidade o caráter motivador, demonstrando o resultado dos esforços mútuos dos colaboradores, evidenciando a participação de cada um, permitindo que entendam a sua importância na empresa como geradores de resultado.

Ainda sob o terceiro aspectos, Ludícibus retoma a idéia da finalidade de verificação, possibilitando que os administradores possam avaliar a qualidade dos serviços executados pelos seus colaboradores, permitindo-lhes tomar decisões de caráter corretivo, ou ainda preventivo, estreitando relações e promovendo sempre a melhora nos processos.

No que se refere à finalidade, a informação contábil não sofre de carência e definição e destinação, seja qual for a demanda sempre é possível corresponder de alguma forma a expectativa dos usuários, seja pela apresentação dos demonstrativos contábeis, ou por meio de dados trabalhados sob a forma de relatórios, proporcionando um entendimento específico do que se espera saber.

2.1.3 Usuários das informações contábeis

Muitos são os pontos de vista dos autores sobre a definição dos usuários das informações contábeis, entre eles Marion (2007) os define como pessoas que buscam na contabilidade as respostas para seus questionamentos, ou ainda pessoal com algum interesse pela situação de determinada empresa e que fazem das informações contábeis a base de dados para as análises necessárias.

Na mesma linha de pensamento, Favero et al (2006) afirma que os usuários das informações contábeis são pessoas ou entidades que necessitam de alguma informação contábil para a tomada de decisões.

Favero (2006) classifica ainda os usuários como internos e externos, considerando que a demanda de informações de cada um é diferenciada, os usuários internos são aqueles que pertencem a entidade, nos mais diversos níveis e que utilizam a informação de acordo com a função que desempenham, como por exemplo, os diretores, gerentes, encarregados de produção, encarregados de vendas, etc. Por outro lado, porém não menos importante, os usuários externos são aqueles alheios a estrutura da empresa, cujos quais normalmente recebem as informações em uma apresentação mais padronizada, são exemplos de usuários externos as entidades governamentais, instituições financeiras, os fornecedores, sindicatos, investidores (acionistas, quotistas), etc.

A figura a seguir demonstra mais facilmente a diferenciação dos usuários proposta pelo autor, bem como as espécies de informações utilizadas por cada um:



FIGURA 1: TIPOS DE USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.
 FONTE: Adaptado de Favero et al (2006).

É possível observar que em geral os usuários estão focados em observar a geração de caixa e rentabilidade da empresa. Instituições financeiras podem se utilizar de demonstrações contábeis para verificar a possibilidade de disponibilizar créditos, como empréstimos e financiamentos, por exemplo.

As entidades governamentais por sua vez, têm a oportunidade de visualizar por meio das obrigações fiscais, se a entidade está honrando seus compromissos tributários na proporção de seus ganhos, assim como pode elaborar um panorama econômico por atividade empresarial, por região, é possível ainda verificar a empregabilidade da população, quanto se remunera pela mão-de-obra em determinadas camadas sociais, entre tantas outras construções estatísticas com base nas informações disponibilizadas.

A riqueza de detalhes disponíveis nas informações contábeis reforça a característica de sua definição como ciência social, uma vez que além de todos os padrões mínimos estabelecidos para sua apresentação, é possível adaptar de diversas maneiras o foco e a linguagem da informação, independentemente de sua classe social.

2.2 VALOR ADICIONADO E SEUS CONCEITOS

Muitos estudiosos e pesquisadores da ciência contábil definiram em suas obras os conceitos de valor adicionado sob o ponto de vista da contabilidade, seu

tratamento na elaboração das demonstrações financeiras e sua relevância para a análise de desempenho empresarial. É importante destacar também, que o conceito de valor adicionado é, antes de tudo, um termo econômico utilizado pelos economistas para medir o grau de geração de riqueza de uma nação.

Nesse contexto será dado o devido enfoque ao valor adicionado pelo conceito econômico e contábil, relacionando as características entre ambos e demonstrando sua importância social.

2.2.1 Valor Adicionado no conceito econômico

O termo valor adicionado deriva de um conceito econômico de produto nacional, tecnicamente conhecido como PIB – Produto Interno Bruto, que determina o valor de todos os bens e serviços produzidos por uma nação em um determinado período de tempo.

O Produto Interno Bruto, ou o valor adicionado de uma economia sob a ótica do produto final, corresponde segundo De Luca (1998) ao valor bruto da produção de todas as unidades residentes do país, diminuída dos bens e serviços adquiridos de terceiros para esta produção.

Segundo Cosenza (2003), as primeiras aplicações e interpretações do valor adicionado ocorreram na década de vinte, provenientes dos Estados Unidos da América, quando foi base para cálculos relacionados aos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

Muitos são os autores que definiram, em objetivo comum, o conceito de valor adicionado contábil e econômico, Santos (2003) o interpreta como o incremento de valor atribuído a um ou vários bens durante o processo produtivo numa cadeia econômica.

Segundo Montoro Filho (1994, p. 27):

Defini-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva.

Cosenza (2003) compreendem que a informação do valor adicionado contribui substancialmente na intervenção da interpretação da entidade no processo econômico, sendo base para o entendimento da formação e distribuição de riqueza na sociedade em que está inserida no conceito microeconômico, já na macroeconomia, serve de subsidio para estatísticas e análises de mercados em qualquer magnitude.

Tinoco (2001, p. 64) apresenta em sua obra que:

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações, é através do valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de um determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a esta produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais, que interagem com suas atividades.

Ainda sob o ponto de vista de Tinoco, o conceito do valo agregado pode ser entendido como uma informação econômico financeira de natureza histórica, demonstrando a circulação do patrimônio na geração do valor econômico em uma sociedade, durante determinado período de tempo, bem como a forma como foi distribuído entre os contribuintes de sua criação, retornando ao ciclo do capital nesta mesma sociedade.

2.2.2 Valor Adicionado no conceito econômico

Da mesma forma como apresentado no conceito econômico, o valor adicionado sob a ótica contábil representa a diferença entre os valores de saída de produtos de uma entidade e os valores de entrada de insumos básicos, diferindo, no entanto, os conceitos de entrada e saída, e sua forma de mensuração.

Segundo o pronunciamento técnico contábil CPC-09, valor adicionado corresponde a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

A conceituação contábil das informações consiste em denominar as saídas de receita de vendas, e as aquisições, de custos dos insumos adquiridos de terceiros, sejam elas matérias-primas, por exemplo, ou outras aquisições quaisquer que componham o custo de produtos vendidos.

A determinação das riquezas geradas por uma entidade em um período pode também ser chamada de apuração do resultado contábil, que consiste na subtração da receita líquida todos os valores relacionados aos insumos básicos adquiridos de terceiros, salários e encargos sociais, despesas financeiras, impostos e taxas, além de depreciação amortização e exaustão.

A determinação do valor adicionado segue algumas linhas de conceituação, dentre elas, Scherer (2006) apresenta uma equação que permite o entendimento do valor adicionado líquido. Para ele a receita de vendas deduzidos dos insumos básicos e da depreciação deve ser iguais aos salários somadas as despesas financeiras, impostos e taxas, dividendos pagos e lucros retidos pela entidade.

Alguns autores discorrem sob o conceito da depreciação, no que se refere à determinação do valor adicionado Santos (2003) acorda que a classificação da depreciação na DVA é um dos itens mais polêmicos em relação a elaboração do demonstrativo, segundo ele, existem três entendimentos possíveis para este caso, um deles entende a depreciação como sendo um elemento que constitui o valor adicionado, uma segunda interpretação entende consiste em um valor adquirido de terceiros, sendo esta a considerada para a elaboração dos demonstrativos no Brasil e uma terceira forma desconsidera a depreciação na DVA, nem na determinação do valor adicionado, ou ao menos em sua distribuição.

2.3 A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 2005 a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 3.7, instituída pela Resolução CFC 1010/2005, relata que a Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil que objetiva apresentar concisamente os dados e informações do valor de riqueza gerado por uma entidade em determinado período, e também a distribuição desta riqueza durante este mesmo período.

2.3.1 ASPECTOS GERAIS

De Luca (1998) discorre como sendo a DVA um relatório contábil destinado a demonstrar o valor da riqueza gerada por uma empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua geração.

No ano de 2007, a Lei 11.638, incluiu o inciso V ao art. 176 da Lei 6.404 de 1976, tornando obrigatória a publicação da DVA por todas as companhias de capital aberto, no entanto, mesmo antes de ter se tornada obrigatória o demonstrativo já vinha sendo publicado voluntariamente por diversas empresas, haja vista seu potencial informativo, e a relevância das informações no âmbito social.

A elaboração da DVA está diretamente ligada à elaboração da DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, uma vez que a maioria das informações são extraídas da demonstração do resultado. Acima de tudo esta tarefa compete na ampla evidenciação dos princípios fundamentais de contabilidade, dentre os quais podemos destacar o Princípio da Competência e o Princípio da Entidade.

De maneira geral a DVA e a DRE apresentam certa similaridade, porém com objetivos informativos muito diferentes, haja vista o enfoque dado a cada uma. A DRE apresenta o resultado final através do lucro líquido, dirigida basicamente aos sócios proprietários, ou acionistas. A DVA por sua vez, objetiva demonstrar o valor de riqueza gerado, e a contribuição da entidade para a economia de um país, sendo assim, seu público alvo vem a ser além dos acionistas e proprietários, os fornecedores, instituições financeiras, entidades e governo, investidores externos, entre outros usuários das informações contábeis conhecidos como *stakeholders*.

Na concepção de Neves e Viceconti (2002) a DVA surgiu em função de a DRE demonstrar apenas a parcela de riqueza gerada, que permanece na empresa sob a forma de lucro, não identificando porém, o quanto de valor a entidade está gerando às mercadorias ou insumos adquiridos, nem a quantidade e forma de distribuição desse valor.

A informação prestada pela DVA acaba por relacionar a contabilidade financeira das empresas, com a macroeconomia, afinal o somatório do valor adicionado de todas as empresas de uma nação contribui para a economia de um país como um todo. Esta relação permite que ao longo do tempo, o planejamento econômico de um país possa levar em consideração o percentual de convergência da distribuição da riqueza gerada pela economia em geral, para os determinados

setores que contribuem em sua geração, melhorando a condição de manutenção de políticas econômicas que satisfaçam igualmente as necessidades da nação.

Iudícibus et al (2000, p.31) defendem que:

A Demonstração de Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição social da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza.

Apesar de a DVA possuir um elevado potencial informativo, no caráter contábil, financeiro e social, alguns pontos devem ser levados em consideração acerca de sua obrigatoriedade proposta em 2007, tais qual a confusão de conceitos com a DRE, haja vista, que ambas partem do total da receita, efetuam as deduções, e chegam num resultado final, lucro ou prejuízo para DRE e valor adicionado líquido a ser distribuído para a DVA.

É importante considerar que o objetivo de cada demonstração é diferenciado, caso contrário, haveria redundância de informações, e todos os obrigados a publicação da DVA incorreria em custos desnecessários. Historicamente, os demonstrativos recebem uma carga de rejeição no início de sua obrigatoriedade, em razão de aumento de trabalho por parte dos contabilistas, maior exposição de informações, entre outros fatores que assim contribuem, porém a riqueza de cada uma delas é percebida ao longo do tempo, e seu entendimento passa a fazer parte do cotidiano, onde sua ausência certamente seria duramente lamentada.

Nesta mesma linha de pensamento, Santos (2003) define sabiamente e sem risco de incorrer em erro, que a DVA é a mais competente forma criada pela contabilidade, no auxílio da medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma entidade empresarial.

Corroborando com a afirmação de Santos, o pronunciamento 09 do CPC - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), afirma que tal demonstrativo quando elaborado por segmento econômico (tipo de clientes, atividades, produtos, área geográfica, entre outros) pode representar informações ainda mais valiosas no auxílio da formulação de políticas e incentivos fiscais, entretanto, enquanto não houver um pronunciamento específico do CPC sobre segmentos, sua divulgação é incentivada apenas incentivada.

Ainda de acordo com o pronunciamento o demonstrativo está fundamentado em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Apesar da Lei 11.638/2007 procurar trazer uma maior proximidade com as normas internacionais de contabilidade, a DVA não é uma demonstração obrigatória internacionalmente, nos Estados Unidos este é um demonstrativo praticamente desconhecido, houve tentativas de introdução do modelo, porém sem aceitação satisfatória.

2.3.2 MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP – FIPECAFI/USP, apresenta um modelo de DVA, de acordo com o disposto na NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, que foi introduzida pela Resolução CFC 1.010/2005. Este modelo está em concordância com o modelo apresentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, através do pronunciamento 09, que trata da apresentação da demonstração pelas companhias a ela obrigada, visando a padronização das informações publicadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$
1- RECEITAS	
1.1) Venda de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos- Reversão (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros.	
2.4) Perda/ Recuperação de valores ativos	
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4- RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão.	

5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas Financeiras	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições.	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio	
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	

QUADRO 1: MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.
 FONTE: FIPECAFI (2003, p.453).

Este modelo de DVA parte das receitas brutas listadas no item 1, corrigidos pelos valores lançados como provisão para créditos de liquidação duvidosa, e pelas receitas não operacionais, entretanto, esta última categoria entra em conflito com algumas orientações técnicas do próprio Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de onde vieram determinações para não mais se utilizar o termo “Não operacionais”, uma vez que um ingresso ou regresso de recurso, direta ou indiretamente sempre está ligado a operação da entidade.

Logo após as receitas, o demonstrativo apresenta no item 2, os insumos adquiridos de terceiros, incluídos os impostos como ICMS e IPI. Ainda neste item são apresentados os gastos com matérias primas, o custo das mercadorias e serviços próprios vendidos, separadamente aos custos de energia elétrica e serviços de terceiros incorridos no período.

Também no item 2 devem ser classificados os montantes relacionados as perdas e recuperações de valores ativos, que correspondem por exemplo, aos ajustes de inventário de estoque e reavaliação e recuperabilidade do ativo imobilizado.

O valor adicionado bruto, disponível no item 3, é produto da subtração dos gastos lançados no item 2 às receitas registradas no item 1, e apenas não consideram no seu saldo os valores que não foram gerados efetivamente pela atividade empresarial, bem como os montantes de depreciação, amortização e exaustão, cujos quais devem ser classificados nas retenções do item 4, que servem

especificamente para demonstrar a atualização dos ativos através dos critérios contábeis.

No item 5 a DVA apresenta o valor adicionado líquido produzido pela sociedade, sendo este o montante de valor agregado efetivamente gerado pela atividade empresarial.

O valor adicionado recebido em transferência, registrado no item 6, demonstra os valores de receita que não tenham sido gerados diretamente na sociedade. Se enquadram neste grupo, as receitas de equivalência patrimonial e as receitas financeiras, por exemplo, que apesar de agregarem valor ao resultado empresarial, foram produzidas além dos limites da empresa, suscetíveis a variáveis diferentes da geração de resultado dos outros ativos e passivos empresariais.

O item 7 apresenta o valor adicionado total a ser distribuído, ele é produto de todos os itens anteriores, entre receitas e despesas, demonstrando o resultado de todos os esforços da empresa na geração de resultado. O montante obtido neste item deve ser exatamente igual ao valor distribuído no item 8, de forma que todo o valor adicionado seja destinado.

Este modelo apresenta no item 8 o objeto principal deste estudo, sendo ele a demonstração da distribuição do valor adicionado propriamente dita. O item 8.1 traz o montante destinado a remuneração do trabalho, evidenciando a parcela de riqueza destinada aos trabalhadores da empresa, entre salários e encargos sociais, possibilitando averiguar o quanto a entidade valoriza o trabalho de seu funcionalismo. O item 8.2 representa os valores destinados ao pagamento de impostos, taxas e contribuições governamentais, sendo um importante fator de medição da carga tributária de um país, ou ainda da atividade empresarial em que a entidade esteja inserida.

Em seguida o item 8.3 retrata o montante de valor adicionado desembolsado através de despesas financeiras, juros de financiamento, entre outros, que ajudam a medir a participação de capital de terceiros da empresa.

Na seqüência, o item 8.4 inclui os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio ou ainda os dividendos pagos ou propostos, valor este que serve de subsídio para investidores, interessado saber quão atrativo possa ser o retorno esperado em seu investimento.

Por último, mas não menos importante o item 8.5 representa a parcela de riqueza retida pela entidade, na forma de reservas de lucros, que também podem

expressar uma conduta conservadora dos administradores para momentos de instabilidade futura, ou previsões pessimistas de mercado.

Estas são, portanto, as principais informações apresentadas pela DVA, no que se refere a distribuição do valor adicionado, este é o modelo adotado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários para a publicação das demonstrações contábeis e relatórios financeiros, e servirá de base para o estudo do presente trabalho.

2.4 OS SETORES ECONÔMICOS E SUAS DEFINIÇÕES

Os setores econômicos são divididos em três grupos principais, objetivando aprimorar a aplicação de estatísticas e estudos sobre a economia de determinada nação. Moreira (2001) entende que as atividades econômicas evoluíram na mesma medida em que o conhecimento humano e a tecnologia aprimoraram-se, tornando necessária a divisão nos grupos, primário, secundário e terciário.

Ainda segundo Moreira, o setor primário compreende as atividades ligadas ao campo, a agricultura, a pecuária e o extrativismo. O setor secundário por sua vez, remete as atividades industriais e o terciário inclui as atividades de comércio e prestação de serviços.

O quadro a seguir, demonstra uma relação básica entre os setores citados pelos autores e as principais atividades atreladas a cada qual.

Setores da economia	Principais atividades econômicas
Primário	Agricultura, pecuária e extrativismo (meio rural)
Secundário	Atividade Industrial em geral
Terciário	Comércio e prestação de serviços

QUADRO 2: OS SETORES DA ECONOMIA E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS.
FONTE: Adaptado de Moreira (2001).

Para entender melhor as atividades que compõem os setores da economia citados é importante observar também a definição mais detalhada, apresentada pelos autores que desenvolveram trabalhos científicos sobre o tema.

2.4.1 Atividades ligadas ao setor primário

Para Vesentini et al (2002), as atividades econômicas mais antigas são as ligadas ao extrativismo, tais qual a caça, a pesca e a coleta de frutos. Estas atividades causaram poucas transformações no espaço geográfico, uma vez que eram utilizados em pequena escala, vinculados estritamente à sobrevivência da espécie humana. Neste contexto, o extrativismo passa a ser entendido basicamente, como a atividade de extrair da natureza os recursos disponibilizados ao homem. Moreira (2001) inclui ainda o extrativismo mineral, ligado a extração de minerais úteis, disponíveis na crosta do planeta.

Os mesmos autores acrescentam também ao setor primário, as atividades de agricultura e pecuária, que se traduzem em um extrativismo aplicado, manejado em larga escala, com o aprimoramento das técnicas e conhecimento humano, que permitiram a inserção de matrizes artificiais, facilitando e maximizando a produção nas áreas naturais utilizadas.

Dentre os profissionais alocados neste setor Moreira (2001) destaca aqueles de alta capacidade técnica, responsáveis pela organização e desenvolvimento das técnicas de plantio e manejo de animais, bem como aqueles ligados as atividades administrativas que executam as atividades de bastidores do setor.

Entretanto, segundo o autor, a maioria dos profissionais que desenvolvem estas atividades são aqueles cujo conhecimento é prático e básico tecnicamente, se limitam a execução de atividades mecânicas que ainda não foram absorvidas pela mecanização de culturas e pelo desenvolvimento tecnológico, ou seja, profissionais de baixo valor agregado.

2.4.2 Atividades ligadas ao setor secundário

Após a revolução industrial, a economia sofreu mudanças significativas em sua estrutura, a sociedade constituída nesse período, conhecida como sociedade industrial, foi a que mais causou mudanças na natureza, se comparadas as sociedades pré-capitalistas oriundas do extrativismo aplicado sob as formas de agricultura e pecuária, destacam Vesentini et al (2002).

Santos e Silveira (2001) remetem a revolução industrial, a gênese do avanço econômico e social das sociedades modernas, dos conceitos de desenvolvimento e aprimoramento tecnológico aos medidores de capacitação profissional e qualidade de vida.

Ainda segundo os autores, a indústria em geral é representada neste segundo setor, umbilicalmente relacionadas a todas as atividades de transformação e geração de valor a determinado bem ou produto. Apesar de também compreender determinada atividade comercial relacionada à destinação do produto industrial, são medidas neste setor apenas aquelas atividades que se estreitem nos conceitos econômicos industriais.

Assim como no setor primário, neste setor também são encontrados profissionais que executam atividades que exigem extrema capacidade técnica, tais quais os engenheiros, responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias, produtos e inovações que suprem a cadeia produtiva e comercial de uma sociedade (MOREIRA, 2001).

Além dos profissionais ligados aos produtos, o autor acrescenta no setor terciário, aqueles profissionais de bastidores, nas atividades administrativas, que demandam de aprimoramento profissional na mesma proporção do desenvolvimento econômico.

Entretanto, Moreira ainda defende a massa de trabalhadores que executa as atividades industriais que não são executadas pelas máquinas e equipamentos, para ele estes são o maior número de trabalhadores alocados neste setor.

2.4.3 Atividades relacionadas ao setor terciário

Ao se relacionar os conceitos expostos por Moreira (2001), o setor terciário é composto basicamente pelas atividades de comércio e prestação de serviços, com educação, saúde, transportes, comunicação e sistema financeiro. Em países desenvolvidos, este setor se caracteriza por empregar a maior parte da mão-de-obra, devido ao maior desenvolvimento das tecnologias e a informatização.

Este também, segundo o autor, o setor que mais cresce, principalmente em países cuja economia está em desenvolvimento, promovendo uma empregabilidade em massa.

Nos países já desenvolvidos o crescimento também é acelerado, entretanto, segundo Vesentini et al (2002), uma nova tendência é observada, o setor secundário trabalhada cada vez mais no desenvolvimento de tecnologias capazes de poupar o uso de mão-de-obra, fazendo com que boa parte dos trabalhadores migre para o setor terciário.

Esta migração, segundo os autores, remete a uma situação de extremo benefício social, estes trabalhadores que outrora exerciam suas funções mecanicamente, necessitam agora de um incremento de criatividade, inovação e empreendedorismo em suas tarefas, para que possam garantir sua empregabilidade no setor de comércio e serviços.

Os profissionais que se classificam neste setor, são basicamente todos os outros que desenvolvem alguma atividade, que, porém, não pode ser entendida nos dois primeiros setores.

3 METODOLOGIA

De acordo com Oliveira (2003), a metodologia da pesquisa científica deve descrever o método que será utilizado para atingir o objetivo da pesquisa.

Ainda segundo Oliveira (2003, p. 135) o método de pesquisa é:

“Método nada mais é que o caminho a ser percorrido para atingir o objetivo proposto. Assim, na fase de elaboração do projeto, o pesquisador deverá caracterizar a natureza do problema, definir o tipo de pesquisa que desenvolverá, ou seja, explicitar do que se trata a pesquisa empírica, com trabalho de campo ou laboratório, de pesquisa teórica ou de pesquisa histórica, e quais serão os métodos e técnicas a serem adotados. Entende-se por métodos os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são procedimentos mais restritos, que operacionalizam os métodos mediante emprego de instrumentos adequados.”

As interpretações e definições do método científico não são poucas, Gil (1999, p. 26), define como sendo “(...) o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Gil (2002) afirma que a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem o que o caracteriza o aspecto científico da investigação.

Nesse sentido a pesquisa baseia-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação do problema, entretanto, para que isso seja possível é necessário classificar a pesquisa.

Oliveira (2003) demonstra alguns tipos de pesquisa, tais quais, pesquisa documental, pesquisa científica, pesquisa experimental, pesquisa bibliográfica, descritiva, entre outras.

Para que a pesquisa tenha uma correta e adequada classificação metodológica, devem ser considerados três tópicos, o primeiro relacionado à abordagem do problema, o segundo quanto aos objetivos da pesquisa e o terceiro tratando dos procedimentos técnicos realizados.

Ainda com relação a abordagem do problema, Oliveira (2003) afirma que o método qualitativo usa coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação, enquanto o método quantitativo trabalha através da coleta de dados para testar hipóteses com base na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões de comportamento (Oliveira (2003).

Com base nestas informações e o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa quantitativa, uma vez que esta é a abordagem correta para trabalhos que se utilizam de coleta de dados para efetuar uma análise estatística e estabelecimentos de padrões de comportamento.

A classificação da pesquisa por meio de seus objetivos é segregada em três grupos principais: exploratórias, descritivas e explicativas. (GIL, 1999).

A pesquisa exploratória: tem por objetivo proporcionar maior ligação com o problema com para torná-lo mais exposto ou capaz de construir hipótese, necessita de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos.

Uma pesquisa descritiva busca detalhar as características de determinada amostra, acontecimento ou ainda estabelecer relações entre algumas possíveis variáveis. É aplicado mediante o uso de questionários observados sistematicamente.

Por outro lado, uma pesquisa explicativa visa verificar quais os fatores que influenciam para a ocorrência dos fatos e aprofunda o conhecimento da realidade explicando a razão.

O presente trabalho será executado através de pesquisa quantitativa, por meio de pesquisa documental de demonstrações do valor adicionado, junto aos arquivos disponíveis no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e descritiva acerca da interpretação dos resultados obtidos.

A partir da coleta dos dados, os demonstrativos serão tratados em Excel, para que seja possível elaborar o estudo proposto nos objetivos deste trabalho.

Os demonstrativos tratados farão parte de um banco de dados, que servirá de base para a exploração dos resultados, por meio de análise contábil, econômica e financeira.

As análises contarão com a preparação de quadros, tabelas e gráficos, que auxiliarão na ilustração das informações, bem como na apresentação aos seus usuários.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da pesquisa científica foram coletadas no portal eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 312 demonstrações de valor adicionado, com informações relacionadas aos anos de 2007, 2008 e 2009, publicadas pela empresas obrigadas a apresentação do demonstrativo, ou aquelas que as publicaram voluntariamente.

Os demonstrativos obtidos foram consolidados em tabelas eletrônicas, primeiramente em uma demonstração única contemplando os valores de todas as coletadas e em seguida consolidadas de acordo com o setor econômico a que a empresa corresponde.

Para a classificação econômica foram obtidas informações mediante consulta do cadastro na receita federal, pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), onde foi possível obter a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

Com base nestes dados, efetivou-se a classificação setorial, conforme o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), nos estudos relacionados as conta nacionais e estatísticas de produção agrícola, industrial e volume de comercio brasileiras.

Após consolidadas as planilhas, efetivou-se o estudo dos dados classificados, procurando demonstrar a forma de distribuição do valor adicionado, nas categorias apresentadas pela demonstração do valor adicionado, tais como pessoal, impostos, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios, agregando nesta análise a distribuição nos setores econômicos, diferenciando a qualificação dos trabalhadores incluídos em cada qual.

Além disso, estruturou-se uma análise capaz de demonstrar a evolução deste cenário ao longo dos anos estudados, procurando evidenciar alguma tendência econômica para determinado setor, ou ainda no contexto geral da pesquisa.

Outro ponto analisado foi a geração de valor adicionado pelas empresas, sendo que a DVA permite verificar o montante agregado pela atividade empresarial, separadamente dos valores obtidos em transferências, por meio da participação em outras empresas e ainda receitas oriundas de aplicações financeiras.

Todos os dados foram tratados em planilhas eletrônicas mediante a elaboração de tabelas, gráficos e figuras ilustrativas, objetivando um entendimento mais facilitado e dinâmico.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Assim como descrito anteriormente, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as características da geração e distribuição do valor adicionado, mediante a análise de demonstrativos de valor adicionados obtidos no portal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Neste contexto, esta seção tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da pesquisa descrita.

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS ANALISADAS

Foram analisadas as demonstrações de valor adicionado de 312 empresas, dentre as quais é possível dimensionar a quantidade de sociedade de acordo com o setor econômico correspondente, conforme figura a seguir:



FIGURA 2: VOLUME DE EMPRESAS ANALISADAS POR SETOR.
FONTE: O autor.

Conforme ilustrado, dentre o universo de demonstrativos de valor adicionado estudados, 32 correspondem a empresas pertencentes ao setor primário da economia, 140 relacionados ao setor secundário e outros 140 ligados ao setor terciário.

O menor número de dados ligados ao setor primário justifica-se pelo fato de que as atividades desenvolvidas nesta classificação econômica são, em sua maioria, desenvolvidas por pessoas físicas, ou ainda, entidades empresariais de médio porte, não obrigadas a publicação da demonstração do valor adicionado.

Esta situação é oposta nas outras classes setoriais, onde é possível encontrar um grande número de sociedades de capital aberto e conseqüentemente, obrigadas a publicação.

Percentualmente é possível afirmar que a amostra de demonstrativos é composta por 10% do setor primário, 45% do setor secundário e 45% do setor terciário.

4.2 ANÁLISE DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Os demonstrativos de valor adicionado coletados na pesquisa foram analisados em dois principais aspectos, inicialmente uma consolidação única, contemplando os valores e informações dos três setores econômicos e dos três anos estudados. Esta análise objetiva demonstrar em um demonstrativo geral, qual a atual situação de geração e distribuição de valor adicionado no Brasil.

Na análise seguinte, houve a consolidação das demonstrações, de acordo com o setor econômico relacionada a cada empresa que promoveu a publicação do demonstrativo. Esta segunda análise, objetiva apresentar a segregação de geração e distribuição do valor adicionado pelos setores, diferenciando cada um e discorrendo sobre os motivos dessa diversidade.

Adicionalmente, foi elaborada uma comparação anual, entre os demonstrativos consolidados, e os setoriais, traçando na linha do tempo, a evolução das características da geração e distribuição do valor adicionado.

4.2.1 Demonstrativo de valor adicionado consolidado

Com base nos dados coletados, foi elaborada a uma demonstração única, sendo possível observar, na média dos três anos estudados, as características mais amplas da geração e distribuição do valor adicionado no Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA - MÉDIA DOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009	
DESCRIÇÃO	R\$
<u>1- RECEITAS</u>	<u>733.543.330</u>
1.1) Venda de mercadorias, produtos e serviços	697.645.852
1.2) Outras Receitas	50.727.101
1.3) Receitas relativas a construção de ativos próprios	-14.575.994
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição	-253.629
<u>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui ICMS e IPI)</u>	<u>-326.305.791</u>
2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-183.342.654
2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros.	-111.116.697
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-5.701.078
2.4) Outras	-26.145.362
<u>3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</u>	<u>407.237.539</u>
<u>4- DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</u>	<u>-40.629.561</u>
<u>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</u>	<u>366.607.978</u>
<u>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</u>	<u>35.871.878</u>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	2.895.185
6.2) Receitas financeiras	29.486.797
6.3) Outras	3.489.896
<u>7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</u>	<u>402.479.856</u>
<u>8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>	<u>402.479.856</u>
8.1) Pessoal	104.495.885
8.2) Impostos, taxas e contribuições.	155.889.274
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	67.220.779
8.4) Remuneração de capitais próprios	74.873.918

QUADRO 3: DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA – MÉDIA DOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009.

FONTE: O Autor.

Analisando a demonstração de valor adicionado consolidada, é possível observar à geração de valor adicionado oriundo da atividade empresarial propriamente dita, aliado aquela recebida em transferência por meio da participação em outras sociedades, ou ainda, investimentos de cunho financeiro.

Outro ponto, objeto de estudo deste trabalho científico, é a distribuição do valor adicionado, conforme o oitavo grupo do demonstrativo, permitindo entender como se dá a remuneração dos participantes do processo econômico e empresarial.

4.2.2 Análise da geração de valor adicionado

É possível observar através do gráfico abaixo, o panorama geral da geração de valor adicionado, ilustrando a informação disponível na demonstração consolidada.

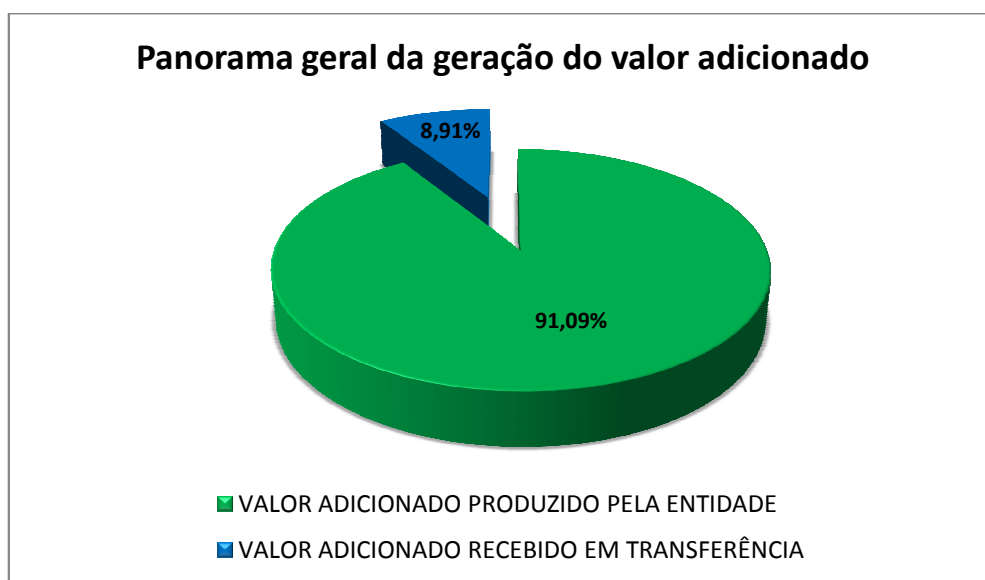


GRÁFICO 1: PANORAMA GERAL DA GERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO.
FONTE: O autor.

De acordo com o gráfico, mais de 91% da adição de valor é proveniente das atividades gerais desenvolvidas pelas empresas, demonstrando alta capacidade em agregar valor aos insumos, produtos e serviços. Apenas 8,91% do valor adicionado é proveniente da participação em outras empresas, ou ainda dos investimentos financeiros.

Essa característica é extremamente importante para a administração empresarial e econômica, ela permite compreender a real consequência dos esforços empenhados na atividade específica das empresas, bem como identificar periodicamente se existem alterações neste cenário, sendo possível intervir de acordo com o interesse administrativo ou econômico.

4.2.2.1 Geração de valor adicionado nos setores econômicos

A análise da geração de valor adicionado comparativa entre os setores econômicos permite identificar a origem da adição de valor em diferentes nichos de mercado. As empresas que pertencem aos grupos empresariais diferenciados apresentam características particulares que são observadas na forma em que agregam valores aos produtos.

A figura abaixo colabora com esta a interpretação destas particularidades.

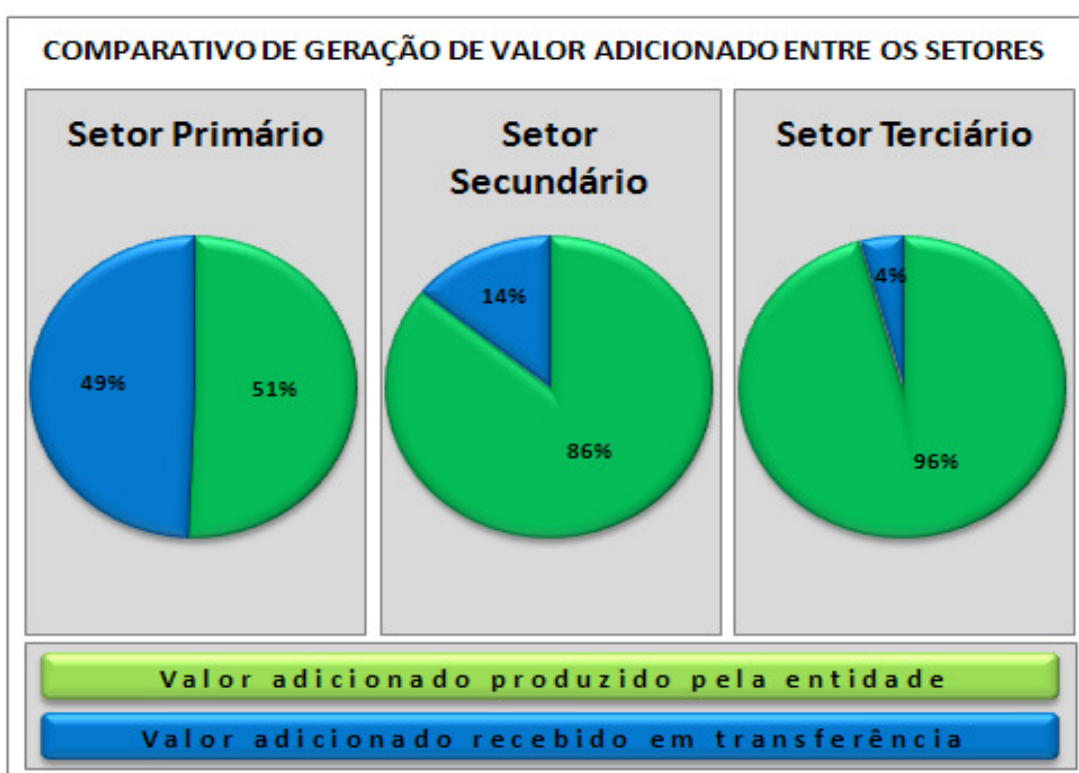


FIGURA 3: COMPARATIVO DE GERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES.

FONTE: O autor.

O valor agregado aos produtos do setor primário recebido em transferência, na amostra analisa, corresponde a praticamente metade de todo o valor adicionado do setor, essa característica pode ser justificada pela amplitude dos investimentos em outros setores praticada pelas empresas de economia primária. Isso faz crescer a transferência de valor através da equivalência patrimonial e das receitas financeiras, por exemplo.

O setor secundário, por sua vez, apresenta um índice de 14% de valor adicionado recebido em transferência, esse dado remete uma característica

importante desse setor, relativa às indústrias, que promovem a transformação de itens brutos em produtos específicos.

As empresas do setor industrial agregam valor de uma forma muito mais intensa do que os outros setores e por este motivo apresentam esse cenário, não significando que o valor recebido em transferência seja menos significativo que os montantes relativos ao setor primário.

Em se tratando do setor terciário, a características das empresas que o compõe remetem ao entendimento básico de que as sociedades comerciais não possuem tantos investimentos e participações societárias. Essa prática é adotada com o objetivo de utilizar o capital de giro disponível na operação, garantindo a rotatividade dos estoques e desta forma, oferecendo mercadorias atuais aos consumidores.

4.2.3 Análise da distribuição do valor adicionado

O valor adicionado, produzido pela entidade ou recebido em transferência é distribuído dentre os grupos que se relacionam a empresa, de forma direta ou indireta. Deste modo, a distribuição é feita entre os funcionários, sob a forma da remuneração, para as autoridades governamentais por meio dos impostos, taxas e contribuições, e também como remuneração dos capitais de terceiros e capitais próprios.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição do valor adicionado nos anos estudados.

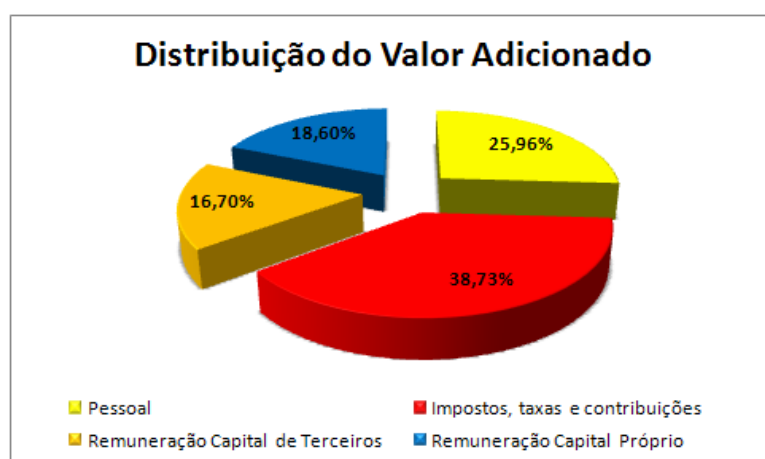


GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
FONTE: O autor.

Com base no gráfico é possível observar a distribuição de valor adicionado entre os grupos, sendo o montante destinado aos impostos, taxas e contribuições o mais significativo, quase 40%, seguido da remuneração do pessoal com praticamente 26%. Além destes, a remuneração do capital próprio com 18,6% e a remuneração do capital de terceiros também recebem distribuição de valor adicionado.

Pode-se afirmar que este modelo de destinação do valor agregado é o panorama da distribuição brasileiro, que embora não revele nenhuma situação desconhecida, pode ser utilizado por investidores que buscam entender este cenário para tomada de decisões.

4.2.3.1 Análise anual da distribuição do valor adicionado

É possível ainda, analisar anualmente a distribuição do valor adicionado, entre os anos de 2007, 2008 e 2009, buscando entender e checar se o panorama apresentado apresenta-se constante, ou evoluindo para uma característica diferenciada.

O gráfico abaixo objetiva apresentar este contexto.

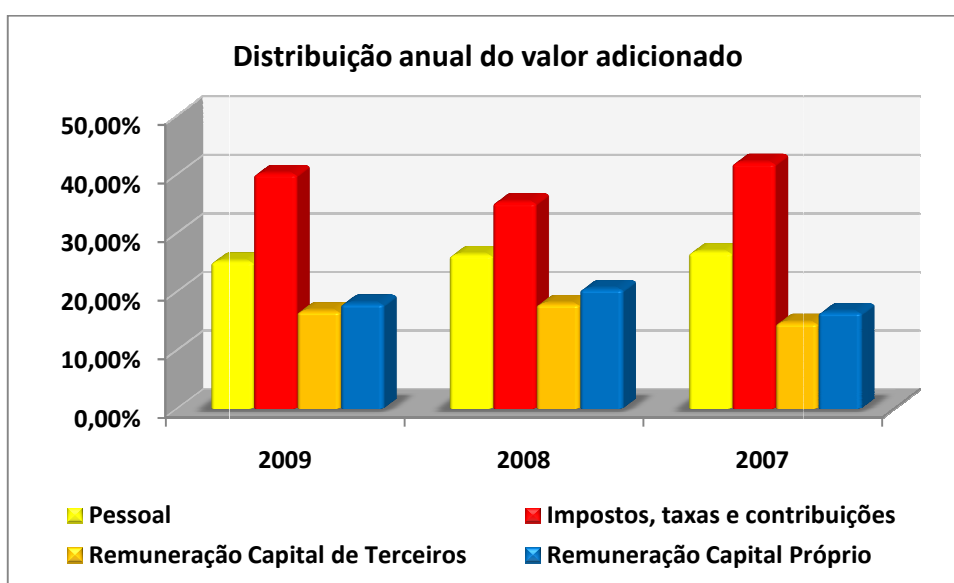


GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DO VALOR ADICIONADO
 FONTE: O autor.

Embora apresente ligeira queda no ano de 2008, os impostos continuam sendo o destaque na destinação de valor adicionado, reafirmando a situação da elevada carga tributária no Brasil.

Nesse objetivo o gráfico a seguir objetiva demonstrar a evolução da destinação de valor adicionado nos anos estudados entre os quatro grupos possíveis.

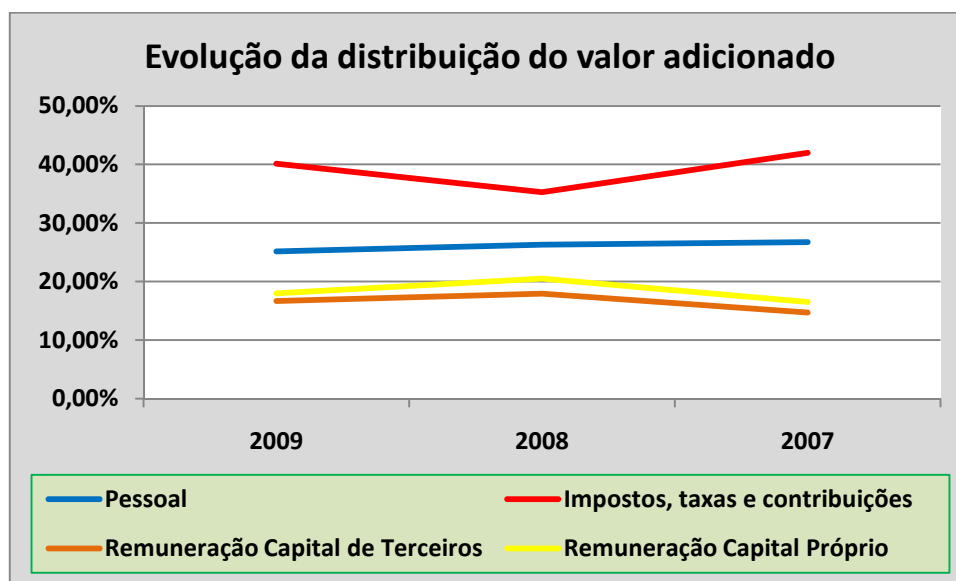


GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 FONTE: O autor.

A distribuição sob a forma de impostos sempre se apresentou a mais elevada dentre os grupos, entretanto, a ligeira queda ocorrida em 2008 pode ser justificada pelas políticas tributárias adotadas pelas entidades governamentais como medidas tomadas para minimizar os impactos da crise econômica ocorrida neste ano.

Paralelamente a diminuição dos itens relacionados aos impostos, no ano em que as políticas públicas frearam a arrecadação a distribuição na forma de remuneração dos capitais próprios e de terceiros foi a mais relevante.

Na contramão deste cenário, outro ponto que merece atenção na análise gráfica é a distribuição através da remuneração de pessoal, entre os anos estudados é possível observar uma contínua diminuição na destinação a este grupo.

4.2.3.2 Análise da distribuição do valor adicionado entre os setores econômicos

A análise da distribuição do valor adicionado entre os setores econômicos proporciona o entendimento das características dos grupos empresariais. Neste contexto a figura abaixo visa apresentar este panorama setorial.

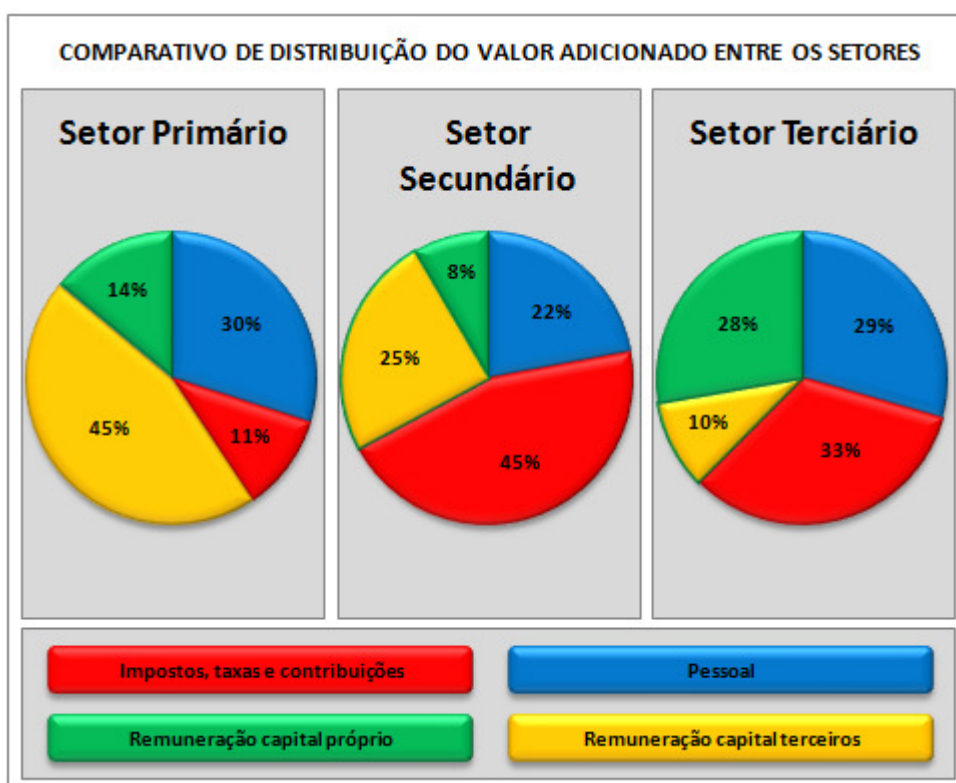


FIGURA 4: COMPARATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS.

FONTE: O autor.

Analisando a distribuição de valor adicionado sob a forma de impostos, taxas e contribuições é possível observar que o setor primário é o menos taxado pelas políticas tributárias no Brasil, isso se refere basicamente pela característica agrícola e extrativista da economia nacional, que objetiva subsidiar as atividades básicas, garantindo continuidade e geração de empregos.

O setor que sofre maior tributação é o secundário, onde a grande maioria das indústrias são responsáveis pelo recolhimento dos tributos relacionados.

Em relação a remuneração do pessoal, o valor agregado repassado a este grupo é praticamente equivalente nos setores primário e terciário, justificados pelo fato de que as atividades desenvolvidas neste setor são desenvolvidas basicamente

por mão de obra física, ao contrário da indústria presente no setor secundário, onde a tecnologia de ponta faz minimizar a utilização de pessoas nas linhas produtivas.

Entretanto o fato curioso é que o setor secundário aplica recursos no desenvolvimento de novas tecnologias e deste modo, deveria melhor remunerar o pessoal aplicado no desenvolvimento destas atividades.

Em se tratando da remuneração do capital de terceiros novamente o setor primário é o mais significativo, as constantes perdas e a pouca profissionalização dos gestores agrícolas fazem com que este setor seja refém da utilização de capitais de terceiros, captados sob altos juros e levando parte dos recursos que poderiam ser revertidos de forma a gerar melhores resultados internamente.

O capital próprio é melhor remunerado no setor terciário, fato esse possivelmente justificado porque o capital utilizado neste setor é basicamente aplicado no giro dos recursos nas empresas, onde não são necessários o desenvolvimento de tecnologias tão avançadas.

Este setor ainda caracteriza-se por agregar um grande valor a custo baixo, inclui-se neste conceito as marcas, que favorecem o consumo, e não geram os mesmos gastos industriais, por exemplo.

É possível observar os dados apresentados anteriormente em um modelo gráfico diferenciado, conforme abaixo:

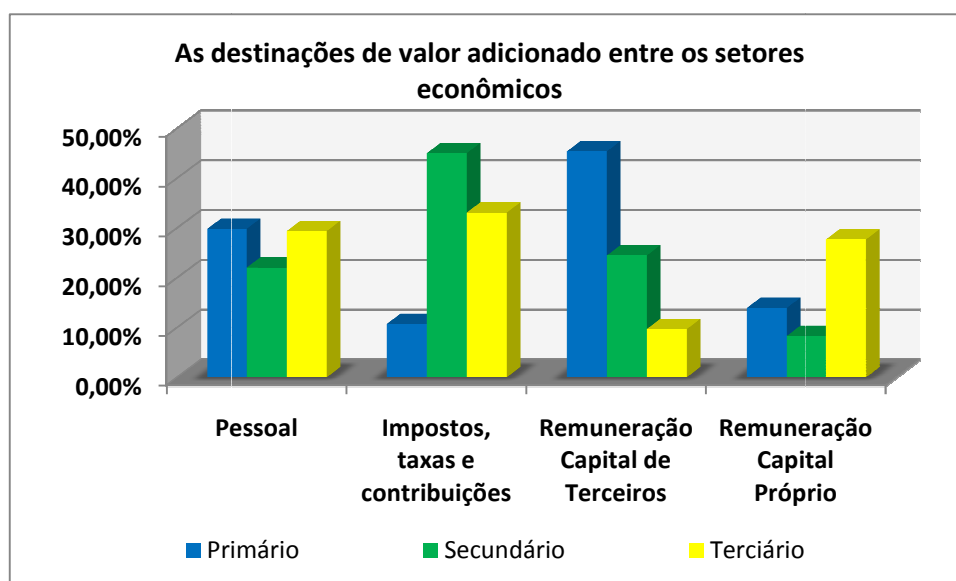


GRÁFICO 5: AS DESTINAÇÕES DE VALOR ADICIONADO ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS
 FONTE: O autor.

A ilustração apresentada corrobora com as afirmações anteriores, demonstrando que o setor secundário é o que mais destina valor adicionado para os impostos e taxas. Com relação à remuneração do capital próprio o setor terciário é de longe o que melhor retorno representa.

Existem diversas variáveis girando em torno destas constatações, as políticas públicas relacionadas aos tributos é um exemplo. Uma economia de produção básica, de baixa tecnologia, fundamentada basicamente na agricultura e extrativismo, certamente tenderá em aliviar a incidência de impostos sobre este setor.

Neste sentido, a distribuição do valor adicionado pode ser entendida como um medidor econômico, possibilitando entender de diversas formas quais as relações entre os setores da economia e também as tendências evolutivas observadas nas análises temporais.

4.2 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE DADOS

O valor adicionado, apresentado na demonstração do valor adicionado, corresponde a uma informação de extremo valor. Produzido através de dados contábeis empresariais, a amplitude da consolidação permite entender um universo muito mais amplo que os limites empresariais.

Mesmo não causando surpresa, os percentuais de valor agregado destinados aos impostos são exacerbados, sobretudo nos setores em que se exige maior desenvolvimento profissional, como a indústria por exemplo.

A remuneração do capital próprio deixa a desejar, fator que influencia diretamente a decisão de investidores estrangeiros, que muito colaboram no desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Na contramão desta tendência, as instituições financeiras são remuneradas em abundância, fato medido pelo elevado nível de juros adotados pela economia financeira nacional, na tentativa de frear o consumo objetivando o controle da inflação.

Tais afirmações confirmam a riqueza das informações econômicas da demonstração do valor adicionado, que possibilitam um universo repleto de análises

e constatações acerca da situação financeira de uma entidade ou econômica de uma nação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A demonstração de valor adicionado é sem dúvida uma das peças contábeis que melhor apresenta informações financeiras sob o enfoque econômico e social. Por meio dela é possível estabelecer diversas análises, que podem se limitar a uma única empresa ou abranger a economia de uma nação, por exemplo.

Com base neste universo de possibilidades, a análise desses demonstrativos remeteu ao entendimento da geração e distribuição do valor agregado, salientando as sua origem e distribuição.

Em se tratando da geração do valor agregado, pôde-se observar que na maioria dos casos sua origem é interna, ou seja, o valor recebido em transferência é unanimemente inferior, conclusão de que as atividades geram recursos suficientes com a própria operação.

Além da geração, a distribuição do valor adicionado permitiu que se visualizasse de forma clara e concisa, que as empresas brasileiras destinam a grande maioria de sua riqueza para o pagamento de impostos, taxas e contribuições. Em tempo, pode-se afirmar ainda que este cenário apresenta uma evolução positiva as entidades governamentais, favorecendo o aumento na arrecadação.

Sendo o Brasil um país de economia primária, o setor econômico ligado a agricultura e ao extrativismo é o menos taxado pelos impostos, remetendo o incentivo governamental a estas práticas que visam segurar a economia nacional.

Ainda sobre a análise setorial, o setor primário também é o que mais remunera, percentualmente, os seus colaboradores, seguido pelo setor terciário, que se aproxima em termos de distribuição de valor agregado entre o pessoal aplicado.

A utilização da demonstração do valor adicionado em análises macroeconômicas permite que sejam desenvolvidas políticas mais objetivas e conseqüentemente mais eficazes ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, possibilitando que a indústria nacional tenha um enfoque voltado ao processamento interno da produção básica gerada no país.

O desenvolvimento industrial estabelece uma demanda por profissionais mais qualificados, e conseqüentemente acelera o processo de reeducação cultural do país, levando-o como um todo para o patamar de economia desenvolvida.

Análises simples, entretanto, muitas vezes ignorada. A DVA ainda é uma demonstração obrigada apenas às companhias de capital aberto, porém, capaz de traçar panoramas que atualmente são obtidos através de pesquisas economias e geográficas com elevada demanda temporal e altos custos, subsidiados pelo governo. Enquanto isso, este demonstrativo de fácil acesso é utilizado apenas por uma pequena parcela da população que destina seus recursos extras sob a forma de investimentos.

Além de entender a panorama nacional de geração e distribuição de valor adicionado, esta pesquisa reafirmou a necessidade de uma maior valorização da DVA, dada riqueza de informações e a facilidade de seu tratamento informativo que não se restringem aos limites empresariais, mas também a economia de um país como um todo.

É neste contexto que estudos acerca do valor adicionado vêm ganhando força, reafirmando os valores contábeis embutidos em tais informações e valorizando cada vez mais a profissão contábil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, André Carlos Busanelli de; BITTI, Eugênio José Silva; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches. Heurística para a composição de referencial teórico. **Revista Contabilidade & Finanças – RCF**, São Paulo: n. 47, p. 73-88, Maio/Agosto 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças - RCF**, São Paulo, ano XIV, Edição comemorativa, p.7-29, out. 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 4. ed. v.1 São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade Social: uma introdução a macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MOREIRA, Igor. **Construindo o espaço do homem**. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. São Paulo: DP&A, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. DVA – Uma demonstração que veio para ficar. **Revista Contabilidade e Finanças - RCF**, São Paulo, ano XVI, vol. 2, n. 38, p. 3 mai./ago. 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER, Luciano Márcio. **Valor Adicionado: Análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo, 2006, Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J.E.P. 2001. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo, Atlas, 243 p.

VESENTINI, José William. VLACH, Vânia Rubia F. **Geografia Crítica: geografia do mundo industrializado**. São Paulo: Ática, 2002.

VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.